

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

A VAM atualmente está entre as dez maiores gestoras de ativos no Brasil de acordo com o ranking de gestores da ANBIMA, ocupando a 10ª posição em dezembro de 2013, e atua em um amplo grupo de segmentos de investidores - de *corporate* e institucionais a clientes de *private bank* e distribuidores. No segmento de produtos estruturados, a VAM encerrou 2013 com volume administrado de R\$ 11,4 bilhões e ocupa a 3ª posição no Ranking de Gestores de Fundos Imobiliários e a 4ª posição no Ranking de Gestores de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios elaborados pela ANBIMA, com participação de mercado de 11,6% e 5,6%, respectivamente.

Ainda em 2013, a VAM deu continuidade ao seu processo de parceria com o Banco do Brasil, em conjunto com a BB DTVM, no desenvolvimento, administração, gestão e distribuição de fundos de investimento inovadores e customizados de Imobiliários (FILs), Direitos Creditórios (FIDCs), de Investimentos em Participações (FIPs) e Crédito Privado. No encerramento de 2013, o volume total dos fundos relativos a essa parceria somava R\$ 4,3 bilhões.

## Senhores Quotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., também denominada Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S), relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A VWM&S, estrutura organizacional consolidadora das atividades de Asset Management (VAM) e Private Bank, encerrou 2013 com volume total de recursos geridos de R\$ 39,4 bilhões. O patrimônio líquido em 30 de dezembro de 2013 foi de R\$ 90,2 milhões e lucro líquido de R\$ 15,2 milhões (R\$ 78,6 milhões e R\$ 20,2 milhões em 30 de dezembro de 2012, respectivamente).

Em conformidade com sua missão, visão e valores, em 2013 a VAM manteve sua certificação ISO 9001:08 pelo Bureau Veritas Certification, além da reafirmação pela Standard & Poor's para suas práticas de gestão de recursos de terceiros (AMP-1 - Muito forte), classificação máxima que uma *Asset* pode obter. Visando reforçar seu compromisso em incorporar critérios sociais, ambientais e de governança corporativa nos processos de análise e gestão de ativos, a VAM implantou o PRI - Principles of Responsible Investment, dos quais tornou-se signatária.

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	2013	2012		2013	2012
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	160.621	67.763	<b>Circulante</b>	68.661	66.017
<b>Disponibilidades</b>	1.489	457	<b>Outras obrigações</b>	68.661	66.017
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	124.680	43.198	Sociais e estatutárias	33.799	33.203
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(Nota 6a)	124.680	Fiscais e previdenciárias	(Nota 15a)	26.292
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	4.231	-	Diversas	(Nota 17)	8.570
Carteira própria	(Nota 7)	4.231	-	-	-
<b>Outros créditos</b>	29.930	23.913	<b>Exigível a longo prazo</b>	9.860	327
Rendidas a receber	9.990	15.448	<b>Outras obrigações</b>	9.860	327
Diversos	(Nota 9)	19.940	Fiscais e previdenciárias	(Nota 15a)	708
<b>Outros valores e bens</b>	291	195	Negociação e intermediação de valores	(Nota 16)	5.257
Despesas antecipadas	(Nota 10)	291	Diversas	(Nota 17)	3.895
<b>Realizável a longo prazo</b>	3.150	70.136	<b>Patrimônio líquido</b>	90.206	78.608
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	-	-	Capital	(Nota 18a)	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(Nota 6a)	-	De domiciliados no País	(Nota 18b)	46.536
<b>Outros créditos</b>	2.710	257	Reservas de lucros		32.072
Diversos	(Nota 9)	2.710			
<b>Outros valores e bens</b>	440	498			
Despesas antecipadas	(Nota 10)	440			
<b>Permanente</b>	4.956	7.053			
<b>Investimentos</b>	2.741	2.323			
Outros investimentos	(Nota 11)	4.122			
Provisão para perdas de investimento	(1.381)	(1.380)			
<b>Imobilizado de uso</b>	1.118	1.438			
Outras imobilizações de uso	4.742	4.737			
Depreciações acumuladas	(3.624)	(3.299)			
<b>Intangível</b>	1.097	3.292			
Ativos intangíveis	(Nota 13)	7.312			
Provisão para perdas	(6.215)	(2.243)			
<b>Total do ativo</b>	168.727	144.952	<b>Total do passivo</b>	168.727	144.952

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	Capital social		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Legal	Expansão	Outras			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	46.536	4.309	26.751	-	-	77.596	77.596
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	20.248	20.248
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	-	1.012	-	-	-	(1.012)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(19.236)	(19.236)
<b>Mutações do período</b>	-	1.012	-	-	-	-	1.012
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	46.536	5.321	26.751	-	-	78.608	78.608
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	15.211	15.211
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	-	760	-	-	-	(760)	-
Reserva Especial de Lucros	-	-	-	10.838	-	(10.838)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(3.613)	(3.613)
<b>Mutações do período</b>	-	760	-	10.838	-	-	11.598
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	46.536	6.081	26.751	10.838	-	90.206	90.206
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b>	46.536	5.755	26.751	-	-	8.243	87.285
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	6.534	6.534
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	-	326	-	-	-	(326)	-
Reserva Especial de Lucros	-	-	-	10.838	-	(10.838)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(3.613)	(3.613)
<b>Mutações do período</b>	-	326	-	10.838	-	-	9.211
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	46.536	6.081	26.751	10.838	-	90.206	90.206

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

- Contexto operacional**  
A Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma Companhia de Capital fechado que tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos.  
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
- Apresentação das Demonstrações Contábeis**  
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).  
Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/2007, complementada pela Lei nº 11.941/2009, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do CMN. As alterações aprovadas pelo CMN foram:  
  - Os procedimentos observados no Pronunciamento Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), naquilo que não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo Banco Central do Brasil - CPC-00 (R1);
  - Os procedimentos de mensuração do valor recuperável de ativos - CPC-01 (R1);
  - A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa em substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - CPC-03 (R2);
  - A divulgação em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de informações sobre partes relacionadas - CPC-05 (R1);
  - Pagamento baseado em ações - CPC-10 (R1);
  - Definição de critérios para seleção, alteração e divulgação de políticas contábeis, para as alterações nas estimativas contábeis e para as retificações de erros - CPC-23;
  - Eventos subsequentes - CPC-24; e
  - Os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes - CPC-25.
Foi aplicado ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Banco Central do Brasil, conforme determina regulamentação vigente:  
  - Demonstração do Valor Adicionado - CPC-09.
A aplicação destes, e demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN reflete, basicamente, em ajustes materiais ou em alterações na forma de divulgação, não gerando impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis.  
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2014.

- Gerenciamento de riscos e Capital**  
A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.  
A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupadas nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.  
Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.  
Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:
  - Visão consolidada de riscos;
  - Compatibilização entre os níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
  - Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
  - Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
  - Envolvimento da Alta Administração.**Políticas, normas, manuais e procedimentos**  
O processo de gerenciamento de riscos conta com um conjunto de documentos que estabeleça as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades de gerenciamento de riscos. O nível de detalhamento destes normativos está estruturado em função do objetivo de cada documento e organizado conforme a hierarquia apresentada a seguir:  
  - Políticas Corporativas: princípios e diretrizes fundamentais estabelecidos pelo nível máximo da hierarquia e aplicados a toda a organização, norteando as demais normas, procedimentos e manuais de produtos e serviços;
  - Normas: regras estabelecidas para definir as atividades e a forma como os procedimentos são organizados, aprofundando os aspectos abordados nas políticas corporativas;
  - Procedimentos: regras operacionais estabelecidas para descrever as atividades e as etapas de sua execução, detalhando os aspectos abordados nas normas; e
  - Manuais de Produtos, Serviços, Sistemas e de Modelagens de Cálculo: conjunto de documentos que compilam as principais características sobre a estruturação dos produtos, serviços, sistemas e metodologias de cálculos utilizados.
Estes normativos estão publicados para consulta interna do Conglomerado, no Portal Corporativo (*Intranet*), e são revisados e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando há mudanças significativas no objeto de controle de riscos de mercado ou mudanças significativas no enfoque e na metodologia de gestão do risco.

- Risco de mercado**  
O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pelo Conglomerado. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de *commodities*.  
A gestão é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à tesouraria. A principal ferramenta utilizada para a mensuração de riscos de mercado é o VaR (Valor em Risco).  
Os princípios básicos que são observados na gestão e controle de riscos de mercado estão em conformidade com a Resolução nº 3.464 do CMN e práticas de mercado:
  - Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
  - Segregação de carteiras: para efeito da gestão e do controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas em dois tipos de carteiras, conforme a sua estratégia de negócio: carteira *trading* (negociação) ou carteira *banking* (não-negociação);
  - Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e pela definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, compliance e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
  - Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função exercidas no âmbito de controle de riscos de mercado está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
  - Definição de metodologias de precificação e cálculo de riscos: para efeito do controle de riscos são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em práticas de mercado;
  - Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base nas medidas de risco, está estruturada com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pela instituição; e
  - Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados.**Risco de liquidez**  
O risco de liquidez é definido pela:  
  - Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
  - Possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco de liquidez estão em conformidade com a Resolução nº 4.090 do CMN e práticas de mercado:
  - Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
  - Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização,

- pelo controle de riscos, compliance e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de liquidez está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias para construção de cenários: são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em práticas de mercado, que visam incorporar a dinâmica da contratação de novas operações e da liquidação das carteiras existentes;
- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base em métricas de riscos, estruturadas com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pelo Conselho de Administração;
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados; e
- Plano de contingência de liquidez: definição e revisão periódica de plano estruturado para recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa, com a atribuição de responsáveis e instrumentos.

- Risco operacional**  
Risco operacional é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos ao Conglomerado - inclui o risco legal, porém exclui o risco de estratégia e o risco de reputação.  
Os princípios básicos observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a Resolução nº 3.380 do CMN e práticas de mercado:  
  - Envolvimento da Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos através dos comitês e comissões estabelecidas;
  - Mapeamento dos controles existentes e análise dos riscos inerentes e residuais;
  - Captura de perdas operacionais e manutenção de base de dados estruturada com informações referentes aos eventos;
  - Estruturação de indicadores de risco operacional para monitoramento contínuo dos riscos prioritários;
  - Análise, contratação e implantação de planos de ação para melhoria de processos e controles e mitigação dos riscos incorridos; e
  - Cálculo de Capital Alocado para risco operacional a partir de metodologias estruturadas, baseadas nas práticas de mercado e adequadas em relação às exigências regulatórias.**Gerenciamento do Capital**  
Segundo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital determinadas no documento "Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: uma Estrutura Revisada" (Basileia II), visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.  
Conforme determinado pela Resolução nº 3.988 do CMN, a Instituição implementou estrutura de gerenciamento de Capital que contempla os itens:  
  - Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
  - Políticas e estratégias claramente documentadas;
  - Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
  - Testes de estresse e seus impactos no Capital;
  - Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração); e
  - Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).
Com relação ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), o Conglomerado implantou a estrutura de governança e os processos necessários previstos na Resolução nº 3.988 do CMN e na Circular nº 3.547 do BACEN, contemplando a gestão de todos os riscos relevantes e o cálculo da necessidade de capital.

- Gestão de Ativos e Passivos**  
O Comitê Operacional de ALM, Riscos e Capital é responsável pela gestão dos riscos estruturais de taxas de juros, taxas de câmbio e de liquidez, bem como pela gestão do Capital, buscando otimizar a relação risco versus retorno e a maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basileia).  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado foi de 14,3%. O Índice de Basileia divulgado foi apurado segundo critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWVA), respectivamente. A partir de 01 de outubro de 2013, passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de Capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. A base para a verificação dos limites operacionais também foi alterada, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01 de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01 de janeiro de 2015. Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 01 de outubro de 2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.444/2007 e nº 3.490/2007, respectivamente.

- Em atendimento à Circular nº 3.477/2009 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no website: [www.bancovotorantim.com.br/ri](http://www.bancovotorantim.com.br/ri).
- Principais práticas contábeis**  
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.
- Apuração do resultado**  
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia, calculadas com base no método exponencial.
  - Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas - posição bancada, cujo vencimento das operações, na data da aplicação, seja de até 90 dias.
  - Aplicações de liquidez**  
As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, calculados "pro rata" dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados.
  - Títulos e valores mobiliários**  
Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:
    - Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
    - Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como investimentos ou como valores líquidos prováveis de realização obtidos com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez. Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados "pro rata" dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.
    - Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A metodologia de avaliação a mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração, ou na falta deste, o valor de ajuste líquido das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez. Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados "pro rata" dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.
  - Despesas antecipadas**  
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.
  - Estimativas contábeis**  
A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação de ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise sobre passivos contingentes. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente ou quando houver indício de redução do valor recuperável.  
Os principais valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis por meio das estimativas estão incluídos nas seguintes Notas Explicativas:  
    - nº 7 - Títulos e valores mobiliários;
    - nº 27 - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais.

Em junho de 2013, em reconhecimento à sua excelência e consistência no desempenho, a VAM recebeu da Revista Value Invest, em parceria com a Standard & Poor's, o prêmio Top Gestão 2013 - Renda Fixa na categoria Maiores Ativos, premiação entregue aos melhores gestores da indústria brasileira de fundos de investimento com base na análise da Standard & Poor's. Além disso, a VAM teve seis fundos destacados como Excelentes no ranking Melhores Fundos para Investidores Institucionais, publicado na edição de abril de 2013.

Com relação ao segmento de Private Bank, em 2013 a VWM&S alcançou o volume total de ativos de R\$ 17,5 bilhões, dando continuidade à sua missão de ser um Private de soluções, com foco na gestão patrimonial. Adicionalmente, o Votorantim Private Bank manteve a certificação ISO 9001:08 para as atividades que envolvem o relacionamento, gestão patrimonial e *advisory* para clientes Private no Brasil do Bureau Veritas Certification.

A administração da VWM&S agradece aos quotistas, clientes, parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2014

A Diretoria			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012			
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
(Em milhares de Reais, exceto o Lucro líquido do período por lote de mil quotas)			
	2º Semestre	Exercícios	
	2013	2013	2012
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	5.599	9.834	8.070
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 7c)	5.599	9.834
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	5.599	9.834	8.070
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>	20.850	47.641	56.881
Receitas de prestação de serviços	(Nota 8)	60.715	122.434
Despesas de pessoal	(Nota 19)	(21.051)	(38.620)
Outras despesas administrativas	(Nota 20)	(12.736)	(24.609)
Despesas tributárias	(Nota 15b)	(4.688)	(9.516)
Outras receitas operacionais	(Nota 21)	-	189
Outras despesas operacionais	(Nota 22)	(1.390)	(2.237)
<b>Resultado operacional</b>	26.449	57.475	64.951
<b>Resultado não operacional</b>	(2.658)	(3.515)	(1.631)
Receitas não operacionais	-	462	405
Despesas não operacionais	(2.658)	(3.977)	(2.036)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	23.791	53.960	63.320
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	(6.329)	(10.890)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012  
(Em milhares de Reais)

(ii) **Passivos contingentes** - São riscos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável mensura de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas passíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; e

(iii) **Obrigações legais** - São processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

**1. Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base "pro rata" dia).

**5. Composição de caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades	1.489	457
Total	1.489	457

**6. Aplicações em depósitos interfinanceiros**

	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	124.680	112.579
Total	124.680	112.579

**a. Composição em contas patrimoniais**

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/12/2013	39.427	85.253	-	-	-	124.680
Aplicações em dep. interfinanceiros	39.427	85.253	-	-	-	124.680
Em 31/12/2012	-	43.198	69.381	-	-	112.579

**c. Rendimentos de aplicações interfinanceiras de liquidez**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Rendimentos de aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 7c)	9.603	8.069
Total	9.603	8.069

**7. Títulos e valores mobiliários**

**a. Composição por categoria**

Títulos para negociação	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Perda/(Ganho) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Perda/(Ganho) não realizado
Certificado de Depósito Bancário	4.231	4.231	-	-	-	-
Total	4.231	4.231	-	-	-	-

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

**b. Composição por faixa de vencimento**

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/12/2013	-	4.231	-	-	-	4.231
Títulos para negociação	-	4.231	-	-	-	4.231
Em 31/12/2012	-	-	-	-	-	-

**Por categoria**

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/12/2013	-	4.231	-	-	-	4.231
Títulos para negociação	-	4.231	-	-	-	4.231
Em 31/12/2012	-	-	-	-	-	-

**c. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Títulos de renda fixa	231	1
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 6c)	9.603	8.069
Total	9.834	8.070

**8. Outros créditos - Rendimentos a receber**

Rendimentos a receber referem-se basicamente aos valores a receber pela cobrança de taxas de administração e de performance dos fundos de investimento administrados, sendo a sua contrapartida registrada na conta de receitas de prestação de serviços.

**Resultado com prestação de serviços**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Administração de fundos de investimentos	122.258	137.233
Comissões sobre colocação de títulos	176	181
Total	122.434	137.414

**9. Outros créditos - Diversos**

	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamentos e antecipações salariais	199	170
Adiantamentos a fornecedores	23	76
Crédito tributário de impostos e contribuições (Nota 24c)	15.318	1.195
Devedores por depósitos em garantia (Nota 27d)	114	23
Impostos e contribuições a compensar	6.953	7.258
Outros	43	-
Total	22.650	8.722
Ativo circulante	19.940	8.465
Ativo realizável a longo prazo	2.710	257

**10. Outros valores e bens**

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas de manutenção e conservação	440	498
Despesas de processamentos de dados	65	55
Despesas de serviços técnicos especializados	226	140
Total	731	693
Ativo circulante	291	195
Ativo realizável a longo prazo	440	498

**11. Investimentos**

	31/12/2013	31/12/2012
Investimentos por incentivos fiscais	4.092	3.673
Outros	30	30
Subtotal	4.122	3.703
Provisão para perdas de investimento por incentivos fiscais	(1.381)	(1.380)
Total	2.741	2.323

**12. Imobilizado de uso**

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e equipamentos de uso	1.659	(1.173)	486	588
Sistemas de comunicação	814	(440)	374	446
Sistemas de processamento de dados	2.239	(1.997)	242	385
Sistemas de segurança	30	(14)	16	19
Total	4.742	(3.624)	1.118	1.438

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo inicial	1.438	1.770
Aquisições	9	189
Alienações	(5)	(73)
Depreciações	(324)	(448)
Saldo final	1.118	1.438

**13. Intangível**

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor de custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Saldo líquido
Software	1.125	(1.124)	1	2.243
Projetos corporativos	6.187	(5.091)	1.096	1.049
Total	7.312	(6.215)	1.097	3.292

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo inicial	3.292	3.495
Aquisições	1.196	1.824
Baixas	(34)	(37)
Provisão para perdas	(3.057)	(1.990)
Saldo final	1.097	3.292

**14. Outras obrigações - Sociais e estatutárias**

	31/12/2013	31/12/2012
Dividendos e bonificações a pagar	3.616	19.236
Provisão para participações nos Lucros e Resultados	30.183	13.967
Total	33.799	33.203
Passivo circulante	33.799	33.203
Passivo exigível a longo prazo	-	-

**15. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias**

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	24.847	19.192
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	51	44
Impostos e contribuições sobre salários	551	558
COFINS	496	717
ISS	265	390
Provisão para riscos fiscais (Nota 27)	708	327
Outros impostos e contribuições	1	4
Total	27.000	21.350
Passivo circulante	26.292	21.023
Passivo exigível a longo prazo	708	327

**b. Despesas tributárias**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
ISS	(2.805)	(3.156)
PIS	(860)	(946)
COFINS	(5.292)	(5.819)
Tributos federais	(1)	(1)
Tributos estaduais	(143)	(100)
Tributos municipais	(150)	(217)
Outras	(265)	(243)
Total	(9.516)	(10.482)

**16. Negociação e intermediação de valores**

	31/12/2013	31/12/2012
Programa de remuneração variável	5.257	-
Total	5.257	-
Passivo circulante	-	-
Passivo exigível a longo prazo	5.257	-

**17. Outras obrigações - Diversas**

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para despesas de pessoal	8.607	10.057
Provisão para despesas administrativas	446	282
Provisão para passivos contingentes (Nota 27)	2.373	511
Outras	1.039	941
Total	12.465	11.791
Passivo circulante	8.570	11.791
Passivo exigível a longo prazo	3.895	-

**18. Patrimônio líquido**

**a. Capital Social**  
O Capital Social é representado por 4.653.570.201 quotas.

**b. Reservas de Lucros**  
**Reserva legal**  
Constituída obrigatoriamente a base de 5% do Lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando, acrescida do montante das Reservas de Capital, exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

**Reserva para expansão**  
Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do Lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva para expansão". O saldo de reserva está à disposição dos sócios para deliberação especial em Reunião de Quotistas.

**Reserva Futura de Lucros**  
Constituída da parcela proposta pela administração que exceder as destinações legais e estatutárias, deve ser mantida no Patrimônio líquido da Companhia enquanto não aprovada pela Assembleia de acionistas.

**c. Dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro de cada período, deduzido da Reserva legal. A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 3.613.

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido	15.211	-
Reserva legal	(760)	-
Base de cálculo	14.451	-
Dividendo mínimo obrigatório	3.613	-
Valor proposto	3.613	-
% sobre a base de cálculo	25%	-

**19. Despesas de pessoal**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Honorários	(1.746)	(1.746)
Benefícios	(8.504)	(5.866)
Encargos sociais	(8.817)	(8.946)
Proventos	(23.373)	(30.592)
Treinamentos	(69)	(41)
Total	(38.620)	(47.191)

**20. Outras despesas administrativas**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Água, energia e gás	(197)	(221)
Aluguéis	(3.768)	(3.517)
Comunicações	(146)	(77)
Manutenção e conservação de bens	(172)	(131)
Materiais	-	(9)
Processamento de dados	(5.277)	(3.695)
Promoções e relações públicas	(529)	(604)
Publicações	(95)	(112)
Seguros	(3)	(3)
Propaganda e publicidade	(69)	(110)
Serviços do sistema financeiro	(1.604)	(1.582)
Serviços de terceiros	(408)	(420)
Vigilância e segurança	(78)	(97)
Serviços técnicos especializados	(10.305)	(8.941)
Transportes	(233)	(255)
Viagens	(801)	(637)
Emolumentos judiciais e cartorários	(254)	(264)
Depreciação	(324)	(448)
Outras	(346)	(701)
Total	(24.609)	(22.024)

**21. Outras receitas operacionais**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Variação monetária ativa	19	2
Reversão de provisão de gratificação	170	-
Outras	6	8
Total	189	8

**22. Outras despesas operacionais**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Provisão para passivos contingentes	(2.001)	(743)
Outras	(236)	(101)
Total	(2.237)	(844)

**23. Resultado não operacional**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Receitas não operacionais	462	405
Investimentos por incentivos fiscais	419	405
Outros	43	-
Despesas não operacionais	(3.972)	(2.036)
Provisão para perdas de investimentos por incentivos fiscais	(5)	(47)
Alienação de valores e bens	(3.972)	(1.989)
Total	(3.515)	(1.631)

**24. Imposto de Renda e Contribuição Social**

**a. Demonstração das despesas de IR e CSLL**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Valores Correntes	(25.014)	(19.194)
IR e CSLL no País - Corrente	(24.846)	(19.194)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	(168)	-
Ativo Fiscal Diferido	14.124	1.152

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Provisões para Contingências Fiscais/Cíveis/Trabalhistas	825	166
Provisões para pagamento de honorários	13	53
Provisões para participações nos Lucros e Resultados e Programa de longo prazo	14.224	-
Outras provisões	(938)	933
Total das despesas	(10.890)	(18.042)

**b. Conciliação dos encargos de IR e CSLL**

	01/01 a 31/12/20
--	------------------